



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TORTURA E MAUS-TRATOS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1030/02	DATA: 04/12/02
INÍCIO: 16h28min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 14min	PÁGINAS: 4	QUARTOS: 3
REVISÃO: Gilberto		
CONCATENAÇÃO: Letícia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos e discussão de assuntos internos.
--

OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da sétima reunião. Tendo em vista a distribuição de cópia da ata da quarta reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Peço dispensa, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Greenhalgh. Em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Ordem do Dia: 1) Apreciação de requerimentos; 2) Assuntos Internos. Item 1 da pauta. Requerimento nº 3, do Deputado Nelson Pellegrino, que requer sejam convocados o Sr. Paulo César Pereira dos Santos, vítima de tortura; o Sr. Camilo Grazinelli, fazendeiro e Procurador-Geral do Município de Mucuri, Bahia; a Sra. Secretária de Segurança Pública da Bahia, Kátia Alves; e o Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, para prestar esclarecimentos sobre o crime de tortura praticado contra a vítima supracitada e sobre o crime de tortura e homicídio praticado contra o menor Alex, cuja identificação completa ainda desconhecemos. Eu pediria ao nobre Relator para encaminhar a votação, tendo em vista o autor estar ausente.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ressaltando a boa intenção do autor do requerimento, eu concluo que não é da competência desta Comissão a apuração desse caso citado aqui no requerimento. Uma vez que a Comissão da Tortura foi criada para investigar torturas e maus-tratos praticados por agentes públicos e, conforme relata aqui o requerente, foram seguranças de um fazendeiro que praticaram as torturas contra o Sr. Paulo César e o Sr. Alex. Portanto, considerando esse entendimento, eu desaconselho a aprovação do presente requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Em votação...

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Em discussão, se a senhora me permite.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não, desculpe. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Sra. Presidenta, o requerimento é feito pelo Deputado Nelson Pellegrino, que foi o Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e é uma das pessoas a quem eu, pessoalmente, prezo e sempre presto as homenagens devidas no campo da sua atuação parlamentar e, em especial, no campo da defesa dos direitos humanos. Mas sou obrigado a concordar com o Relator. A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os casos de tortura que nós integramos diz respeito a torturas e maus-tratos praticados por agentes públicos. Na justificativa do requerimento do Deputado Nelson Pellegrino se chega à conclusão de que as vítimas foram torturadas por empregados da fazenda, pelo fazendeiro, por particulares, enfim, escapando, digamos assim, ao âmbito restrito, aos limites gizados pelo requerimento que aprovou a nossa CPI. Portanto, eu acho que nós somos forçados, realmente, a considerar, em que pese o objetivo do Deputado Nelson Pellegrino, que o seu pedido extrapola o alcance desta nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada. Com a palavra o Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, eu entendo igualmente como os Srs. Deputados anteriores. Devemos sugerir ao Deputado Nelson Pellegrino, ele que fez parte ou faz parte da Comissão de Direitos Humanos, da qual já participei, que aquela Comissão possa solicitar das autoridades competentes a cobrança de um resultado legítimo para que haja verdadeira apuração dos crimes de tortura praticados por esse fazendeiro. Portanto, pelo que se vê, é um processo em andamento e que a Comissão de Direitos Humanos pode muito bem atuar no caso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidenta, só para esclarecimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Eu estou colocando em votação a posição do Deputado, o parecer do nosso Relator. Então, eu peço que os



Deputados que aprovam o parecer do Deputado Helenildo Ribeiro permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Eu gostaria de comunicar aos senhores presentes e aos demais Deputados a mudança. Nós solicitamos a vinda aqui do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo de Tarso, e ele pediu, em razão da sua agenda, que fosse transferida. Então, em comum acordo com os demais companheiros, ontem nós liberamos a pauta e acertamos uma nova data, ficando previamente estabelecido para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui no plenário. E também no que tange à questão que tomamos conhecimento ontem, em que vão fazer o levantamento e o reconhecimento das pessoas envolvidas no assassinato do qual foi vítima da barbárie o Sr. Antônio, no Rio de Janeiro, no qual vários companheiros Deputados fizeram parte. E nessa reconstituição nós estamos encaminhando quatro Deputados que nos representarão: o Deputado Magno Malta, o Deputado Lino Rossi, o Deputado Batochio e o Deputado Herrmann. Então, eles irão até o Rio de Janeiro para acompanhar essa reconstituição, que será feita na quinta e na sexta. Em princípio, ficou acertado que seria quarta e quinta. Nós entramos em contato com o Ministro Paulo de Tarso e ele conseguiu, através de contato com a Polícia Federal, que fosse transferida para quinta e sexta-feira, em razão também da discussão que está havendo nesta Casa sobre projeto de segurança. Nós não temos mais nada a tratar. Eu gostaria de saber se algum companheiro gostaria de falar mais alguma coisa. Deputado Almir? *(Pausa.)* Então, não havendo mais nada a tratar, nós damos por encerrados os trabalhos, mas antes convoco reunião para a próxima terça-feira, dia 10 de dezembro, às 14h30, com a seguinte pauta: audiência pública para ouvir o Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Ministro de Estado de Justiça. Aliás, eu gostaria de colocar o seguinte, em razão da exigüidade do tempo: nós temos de entregar o relatório dos nossos trabalhos no próximo dia 11, para que seja elaborado pelos técnicos desta Casa o relatório final para ser aprovado no próximo dia 13. Então, dia 11 nós damos por encerrado e na quinta-feira, possivelmente, nós estaremos aprovando o nosso relatório. Está encerrada a sessão.



O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Sra. Presidenta, se V.Exa. me permite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Talvez no relatório, eu compreendo o azáfama que nós estamos e o azar que nós tivemos, porque a CPI da Tortura, talvez a mais importante desta Casa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH - ... tenha sido instalada no ocaso de uma legislatura, com todos nós numa fase de transição governamental, com todos nós azafamados pelo tempo e com poucas e honrosas exceções, como V.Exa. e o Relator, que estiveram no Rio...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO GREENHALGH – ...e a quem, realmente, eu reitero os meus cumprimentos. Mas o nosso relatório deve dizer: esta CPI é importante e ela deve ser renovada como prioridade na legislatura seguinte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Com certeza. Essa é uma proposição que vamos fazer à Presidência desta Casa, mostrando as dificuldades que nós enfrentamos e também colocando a importância desta CPI. Nós vamos propor que ela seja rerepresentada através de nosso próprios companheiros, como já ficou devidamente acordado, para que na nova legislatura isso ocorra. Muito obrigada. Está encerrada a sessão.